IMPACTOS DA TUTORIA DOMICILIAR EM ESTUDANTE NEURODIVERGENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Samia Santa Brígida Nogueira¹
Angela Costa Santa Brígida²
Daniana de Costa³
Cledson Santana Lopes Goncalves⁴

RESUMO

Este artigo objetivou analisar os efeitos do reforço escolar individualizado no desempenho de um estudante do 4º ano do Ensino Fundamental, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC). Trata-se de um estudo de caso qualitativo, desenvolvido em ambiente domiciliar no município de Ananindeua (PA) ao longo de 2023, com interrupção em março. Os dados foram coletados por meio de observação participante, registros reflexivos da tutora, análise documental dos boletins escolares e relatório psicopedagógico elaborado por profissional especializada. Identificou-se queda nas notas durante o período sem tutoria e melhora significativa após seu retorno, indicando que a presença de um mediador pedagógico favorece a aprendizagem de conteúdos, a estabilidade emocional, o engajamento e a autonomia do estudante.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Ensino Domiciliar. Mediação Pedagógica. Neurodivergência. Tutoria Individualizada.

IMPACTS OF HOME-BASED TUTORING ON A NEURODIVERGENT STUDENT IN THE CONTEXT OF INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT

This article aimed to analyze the effects of individualized tutoring on the performance of a 4th-grade elementary school student diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD), Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD), and Central Auditory Processing Disorder (CAPD). This qualitative case study was carried out in a home environment in Ananindeua (PA), Brazil, throughout 2023, with a break in March. Data were collected through participant observation, the tutor's reflective notes, documentary analysis of school report cards, and a psychopedagogical report prepared by a specialized professional. A drop in grades was

¹Licenciatura em geografia. Instituto Federal do Pará (IFPA); Orcid iD do autor: <https://orcid.org/0009-0007-0091-723X>. E-mail: samiageografia@gmail.com.

²Doutora em Engenharia Elétrica. Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Pará (UFPA) - Brasil; Programa de Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF), Polo – 37/UFPA; Orcid iD do autor: <https://orcid.org/0009-0000-7945-5160>. E-mail: acsbrigida@ufpa.br.

³Doutora em Educação. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Federal do Pará (UFPA) - Brasil; Programa de Pós-Graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemáticas - PPGDOC do Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI/UFPA); Orcid iD do autor: <https://orcid.org/0000-0002-8523-6156>. E-mail: danianacosta@ufpa.br.

⁴Doutor em Física. Universidade do Porto (UP); Universidade Federal do Pará (UFPA) - Brasil; Orcid iD do autor: <https://orcid.org/0009-0006-4694-9424>. E-mail: cledson.s.l@gmail.com.

identified during the period without tutoring and a significant improvement after its resumption, indicating that the presence of a pedagogical mediator promotes not only content learning but also the student's emotional stability, engagement, and autonomy.

Keywords: Inclusive Education. Individualized Tutoring. Home-based Education. Neurodivergence. Pedagogical Mediation.

IMPACTOS DE LA TUTORÍA DOMICILIARIA EN UN ESTUDIANTE NEURODIVERGENTE EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACION INCLUSIVA

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar los efectos del refuerzo escolar individualizado en el desempeño de un estudiante de 4º año de Educación Primaria, diagnosticado con Trastorno del Espectro Autista (TEA), Trastorno por Déficit de Atención con Hiperactividad (TDAH) y Trastorno del Procesamiento Auditivo Central (TPAC). Se trata de un estudio de caso cualitativo, desarrollado en un entorno domiciliario en el municipio de Ananindeua (PA), Brasil, a lo largo de 2023, con una interrupción en marzo. Los datos fueron recogidos mediante observación participante, registros reflexivos de la tutora, análisis documental de boletines escolares e informe psicopedagógico elaborado por una profesional especializada. Se identificó una disminución en las calificaciones durante el período sin tutoría y una mejora significativa tras su reanudación, lo que indica que la presencia de un mediador pedagógico favorece no solo el aprendizaje de contenidos, sino también la estabilidad emocional, la participación y la autonomía del estudiante.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Enseñanza Domiciliaria. Mediación Pedagógica. Neurodivergencia. Tutoría Individualizada.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) permanece um desafio persistente e multifacetado no contexto educacional brasileiro. Apesar da vigência da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 – que estabelece diretrizes para assegurar o direito à educação inclusiva com apoio especializado e adaptações pedagógicas, sua implementação efetiva ainda enfrenta barreiras estruturais e formativas (Mantoan, 2003). A ausência de políticas escolares integradas, a carência de formação docente específica e a escassez de recursos adaptativos impactam diretamente a qualidade da inclusão.

Pesquisas recentes indicam que, embora haja avanços legislativos e conceituais, a efetivação da inclusão de crianças com TEA depende de ações concretas que garantam o acesso e a permanência qualificada no ambiente escolar. Lopes e Telaska (2021) evidenciam que a ausência de estratégias pedagógicas

personalizadas e o distanciamento entre as ações escolares e as necessidades reais dos estudantes comprometem o alcance dos objetivos inclusivos.

Além disso, o papel da família no processo de escolarização de crianças com TEA é amplamente reconhecido como fundamental. O envolvimento parental contínuo favorece não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o socioemocional, fortalecendo a parceria entre escola e lar (Oliveira; Souza, 2021). Essa participação torna-se ainda mais relevante quando articulada ao trabalho colaborativo com a equipe escolar, garantindo alinhamento de estratégias e maior consistência nas intervenções (Pereira *et al.*, 2020).

Ao lidar com estudantes com TEA, torna-se indispensável adotar abordagens pedagógicas sensíveis às suas singularidades cognitivas, comunicacionais e emocionais. Conforme, Monteiro e Quixadá (2023), a educação deve estar fundamentada na empatia e na escuta ativa, de modo a favorecer relações pedagógicas mais humanizadas e responsivas às necessidades dos estudantes. Enquanto, Oliveira (2024), a adoção de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências deve estar articulada à valorização da diversidade e ao fortalecimento do sentimento de pertencimento, de modo a tornar os processos educativos mais inclusivos e efetivos. Essas perspectivas dialogam com o pensamento de Vygotsky (1991), ao reconhecer o papel mediador do educador no processo de aprendizagem, especialmente na zona de desenvolvimento proximal.

Práticas como a tutoria educacional individualizada têm se mostrado promissoras para promover avanços acadêmicos e comportamentais entre estudantes neurodivergentes (Liberalesso; Lacerda, 2020). O acompanhamento personalizado amplia a acessibilidade aos conteúdos escolares, fortalece vínculos afetivos e favorece o engajamento, constituindo-se em estratégia legítima no contexto da educação inclusiva.

Este artigo objetiva analisar os efeitos do acompanhamento individualizado no processo de aprendizagem e desenvolvimento de uma criança com TEA, associada a comorbidades de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC). Trata-se de um estudo de caso qualitativo, fundamentado em observação participante, registros reflexivos e análise documental, conduzido ao longo do ano letivo de 2023, com um aluno de 9 anos, matriculado no 4º ano do Ensino Fundamental em uma escola particular de Ananindeua (PA).

Para atingir o objetivo geral, o estudo buscou verificar as variações no desempenho acadêmico do estudante durante períodos com e sem tutoria domiciliar individualizada, descrever as estratégias pedagógicas adaptadas empregadas no acompanhamento, analisar os impactos dessa intervenção nas dimensões socioemocionais, de autonomia e organização, além de relacionar os achados às diretrizes da Educação Inclusiva e às práticas pedagógicas baseadas em evidências.

Ao longo do período, observou-se evolução significativa nas notas, no foco, na autonomia, no engajamento e na estabilidade emocional do aluno. A ausência temporária da tutoria, motivada por compromissos acadêmicos da tutora, coincidiu com queda perceptível no desempenho escolar, reforçando a hipótese de que a presença contínua de um apoio individualizado exerce influência direta e positiva no processo de ensino-aprendizagem. Este estudo amplia evidências obtidas em pesquisas anteriores com o mesmo estudante (Brígida *et al.*, 2025a; Brígida *et al.*, 2025b), ao demonstrar que, além dos ganhos já registrados em competências digitais e autorais, a tutoria presencial e contínua potencializa resultados acadêmicos e socioemocionais, reforçando seu papel como estratégia de inclusão escolar efetiva.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Descrito inicialmente como uma condição marcada por isolamento social extremo e padrões de comportamento repetitivos, o autismo foi sistematicamente estudado por Leo Kanner (1943) ao observar crianças com dificuldades de comunicação afetiva e apego a rotinas. Décadas depois, Lorna Wing e Judith Gould (1979) ampliaram essa compreensão, cunhando o termo “espectro autista” e incorporando uma gama mais ampla de manifestações clínicas, com diferentes níveis de comprometimento.

Nos critérios atuais do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5* (American Psychiatric Association, 2014), o Transtorno do Espectro Autista é definido por déficits persistentes na comunicação social, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento, sendo necessário considerar tanto manifestações verbais quanto não verbais. A heterogeneidade, característica intrínseca ao espectro autista, impõe à escola o desafio de atender a perfis amplamente diversos, demandando práticas pedagógicas flexíveis e sensíveis às necessidades individuais (Paiva, 2024).

Entre as implicações educacionais, destaca-se a importância de compreender o estilo cognitivo diferenciado desses alunos. Muitos apresentam forte pensamento visual, foco em detalhes e dificuldades de generalização, o que exige estratégias pedagógicas personalizadas e previsíveis. Esse modo de funcionamento é amplamente discutido por Grandin e Panek (2015), que defende práticas que respeitem a individualidade e os ritmos de aprendizagem de cada aluno. Complementando essa perspectiva, Baron-Cohen (1995) sustenta que as dificuldades empáticas e a tendência à hipersistematização, frequentemente observadas em pessoas autistas, não devem ser interpretadas como déficits, mas reconhecidas como variações cognitivas legítimas, cujo potencial pode ser favorecido e ampliado no contexto educacional.

Outro aspecto essencial refere-se ao desenvolvimento das habilidades sociais. Del Prette e Del Prette (2017) ressaltam que tais competências não emergem espontaneamente em todos os estudantes e, no caso do TEA, precisam ser intencionalmente promovidas por meio de mediação adequada. A escola, nesse sentido, torna-se também um espaço de intervenção socioemocional, e não apenas de ensino de conteúdo.

Compreender as manifestações do TEA em sua complexidade é condição indispensável para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes. O reconhecimento das singularidades cognitivas, comportamentais e afetivas desses estudantes favorece não apenas a adaptação curricular, mas também a criação de vínculos significativos no ambiente escolar. No contexto deste estudo, essa compreensão é particularmente relevante, pois embasa a escolha da tutoria domiciliar individualizada como estratégia de mediação capaz de responder de forma direcionada às necessidades específicas do estudante analisado. Investir na formação docente continuada e no uso de estratégias fundamentadas em evidências é, portanto, um passo essencial para efetivar a inclusão escolar com qualidade.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LEGISLAÇÃO

A construção de uma escola inclusiva representa, mais do que uma diretriz legal, um compromisso ético com os direitos humanos e com a valorização da diversidade. No cenário internacional, esse princípio foi consolidado pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que afirma o direito inalienável de todos os

estudantes à educação em escolas regulares, com apoio pedagógico adequado às suas necessidades. No Brasil, esse compromisso se materializa em políticas como a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que asseguram acesso, permanência, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades no ensino comum.

Ainda assim, a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios complexos. Em muitas instituições, prevalece a lógica da integração, na qual a responsabilidade pela adaptação recai sobre o aluno, e não sobre o sistema educacional. Tal inversão é alvo de críticas, pois a inclusão deve ser entendida como um processo contínuo de remoção de barreiras estruturais, curriculares e atitudinais, condição essencial para garantir a participação plena de todos (Rodrigues; Bernardino; Moreira, 2022). Para Mantoan (2003), incluir exige que a escola repense seus princípios organizacionais, rompendo com padrões de homogeneidade e acolhendo diferentes modos de aprender.

Pesquisas apontam que, apesar da presença crescente de alunos com TEA nas escolas regulares, as práticas pedagógicas ainda carecem de intencionalidade e de formação específica por parte dos docentes (Nunes; Azevedo; Schmidt, 2013; Faria *et al.*, 2018). Esse cenário é reforçado por Araujo e Silva (2025), que defendem a integração da mediação pedagógica ao cotidiano escolar, por meio da colaboração entre professores, equipes técnicas e famílias. Conforme Pereira e Nunes (2024), os Planos Educacionais Individualizados (PEIs) desempenham papel estratégico na promoção da inclusão escolar, uma vez que sua elaboração participativa e flexível favorece o atendimento eficaz às singularidades dos estudantes, potencializando o desenvolvimento e assegurando o direito à aprendizagem.

Nesse sentido, Fernández Cerero, Montenegro Rueda e López Meneses (2024), corroboram que a adoção de metodologias adaptativas, articuladas a um planejamento colaborativo entre escola, família e profissionais de apoio, configura-se como estratégia fundamental para assegurar a participação efetiva de estudantes com TEA no currículo escolar. Para Moraes (2023), o ambiente escolar deve ser estruturado de modo a favorecer interações significativas que promovam não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento emocional, social e cognitivo dos estudantes. Para isso, a previsibilidade, o respeito e a escuta ativa

configuram-se como elementos fundamentais para a construção de vínculos positivos e de experiências educativas mais inclusivas.

Entre os fatores que influenciam a implementação das políticas inclusivas, destacam-se eventos de grande impacto social, como a pandemia de COVID-19. Conforme Almeida *et al.* (2023), a suspensão das atividades presenciais e a transição abrupta para o ensino remoto reduziram o acesso de estudantes com TEA a interações sociais, atendimentos especializados e rotinas estruturadas, ampliando desigualdades e comprometendo a aprendizagem. Esses efeitos negativos reforçam a importância de estratégias flexíveis e personalizadas, como a tutoria domiciliar individualizada, capazes de garantir a continuidade do processo educativo e oferecer suporte socioemocional mesmo em contextos de crise.

No caso específico de estudantes com TEA, a escola precisa assegurar não apenas o acesso físico, mas também apoio contínuo e individualizado. A mediação pedagógica, conforme a teoria sociocultural de Vygotsky (1991), permite que o educador atue como elo entre o estudante e o conhecimento, respeitando sua zona de desenvolvimento proximal. Trata-se de superar a visão de ensino como mera transmissão e compreendê-lo como relação.

Assim, embora a legislação brasileira e os marcos internacionais forneçam um arcabouço normativo robusto para a inclusão educacional, o desafio está em transformar esses princípios em práticas efetivas. A criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo requer integração entre políticas públicas, formação docente, apoio especializado e estratégias pedagógicas sensíveis às diferenças. Esse esforço coletivo é essencial para garantir o direito à educação de qualidade, respeitando as particularidades de cada estudante e promovendo a equidade como valor central da escola democrática.

TUTORIA EDUCACIONAL

O acompanhamento individualizado tem se consolidado como uma estratégia pedagógica eficaz para promover a aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas. No contexto da inclusão, a tutoria educacional assume papel central ao possibilitar uma relação próxima, contínua e adaptada às singularidades de cada aluno. Essa abordagem favorece não apenas o desempenho

acadêmico, mas também o desenvolvimento socioemocional, a autonomia e o senso de pertencimento escolar.

Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em especial, tendem a apresentar melhor desempenho quando inseridos em contextos estruturados, com rotinas previsíveis e mediação constante. A presença de um tutor amplia as possibilidades de acesso ao currículo, possibilitando intervenções ajustadas às necessidades de linguagem, cognição e comportamento. Pesquisas indicam que o suporte individualizado contribui de forma significativa para a organização da rotina, a compreensão das atividades e o engajamento do aluno no processo de aprendizagem (Nunes; Azevedo; Schmidt, 2013; Faria *et al.*, 2018).

A relevância das práticas baseadas em evidências (PBE) nesse campo é amplamente reconhecida. Para Liberalesso e Lacerda (2020), o sucesso da inclusão escolar de estudantes com TEA está diretamente relacionado à aplicação de metodologias fundamentadas cientificamente, com foco na estrutura, intencionalidade e vínculo. Grandin e Panek (2015), pesquisadora e ativista autista, reforça que educadores eficazes são aqueles capazes de enxergar além das dificuldades comportamentais, valorizando formas únicas de processamento e expressão dos alunos neurodivergentes.

A colaboração entre tutores, professores e famílias potencializa o processo de inclusão, permitindo acompanhamento contínuo das necessidades do estudante e garantindo intervenções mais sensíveis e eficazes. Nesse sentido, a atuação do tutor não substitui o professor, mas funciona como elo entre o estudante e os conteúdos escolares, adaptando estratégias e oferecendo suporte emocional qualificado.

Mais do que um recurso técnico, a tutoria configura-se como dispositivo de humanização do ensino. O vínculo estabelecido nesse processo favorece a escuta ativa, a personalização das estratégias e a criação de um ambiente seguro para o desenvolvimento global do aluno. Isso é particularmente relevante para estudantes com TEA, que frequentemente apresentam desafios na autorregulação, na compreensão da linguagem simbólica e na interação social, aspectos que, com apoio contínuo, podem ser significativamente aprimorados.

Assim, a tutoria educacional não deve ser tratada como medida suplementar ou emergencial, mas como componente estruturante de uma política pedagógica inclusiva. A evidência acumulada por estudos nacionais e internacionais sustenta a necessidade de políticas públicas que reconheçam essa função como estratégica.

Investir na formação e valorização de tutores é investir no direito de aprender de todos os estudantes, garantindo equidade e qualidade na educação.

ESTUDOS DE CASO NA EDUCAÇÃO

Compreender fenômenos educacionais complexos exige metodologias que valorizem o contexto, a subjetividade e a experiência vivida. Nesse sentido, o estudo de caso consolidou-se como abordagem relevante na investigação de práticas pedagógicas inclusivas, pois possibilita a análise aprofundada de situações específicas em seus ambientes naturais. Essa metodologia permite captar a riqueza das interações escolares e revelar os sentidos que alunos, professores e familiares atribuem às práticas educacionais (Stake, 1995).

No campo da Educação Inclusiva, essa abordagem é especialmente valiosa por oferecer subsídios para interpretar as nuances do processo de escolarização de estudantes com deficiência. Ao considerar as trajetórias individuais e o contexto institucional, o estudo de caso vai além dos dados quantitativos, revelando impactos emocionais, sociais e comportamentais das intervenções pedagógicas. Essa característica é particularmente significativa diante da multiplicidade de fatores que influenciam a aprendizagem de estudantes com TEA (Ferreira *et al.*, 2025).

Quando aplicado de forma ética e sistemática, o estudo de caso contribui para o aprimoramento de políticas públicas e práticas docentes, a partir de evidências que emergem da realidade escolar. Para Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa, da qual o estudo de caso é uma vertente, permite ao pesquisador compreender de maneira aprofundada os significados atribuídos às práticas e relações educacionais.

Entre as vantagens dessa abordagem está a possibilidade de gerar conhecimento aplicável e sensível às particularidades dos sujeitos investigados. A escolha pelo estudo de caso é indicada quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos, como ocorre nas experiências educacionais inclusivas, nas quais múltiplos fatores se entrelaçam (Yin, 2015). Essa complexidade torna inadequados métodos que ignorem a singularidade das trajetórias escolares e os aspectos relacionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, Gomes e Souza (2021) destacam que essa metodologia favorece o protagonismo dos participantes da pesquisa, ao reconhecer suas vozes e experiências como fontes legítimas de conhecimento. Tal perspectiva é crucial no

campo da inclusão, pois demanda escuta ativa e participação efetiva dos sujeitos envolvidos, especialmente estudantes e famílias, como coautores da prática pedagógica.

No presente estudo, a escolha por essa metodologia possibilitou acompanhar de forma minuciosa a evolução de um estudante com TEA diante da presença ou ausência da tutoria individualizada. A combinação entre observação participante, análise documental e registros reflexivos permitiu identificar com clareza os impactos dessa mediação na aprendizagem, na organização pessoal e na estabilidade emocional do aluno. A natureza qualitativa da investigação também valorizou aspectos subjetivos, como o vínculo afetivo e a motivação escolar, frequentemente subestimados em pesquisas tradicionais.

Essa experiência evidencia que o cotidiano de um aluno neurodivergente pode ser transformado pela adoção de práticas pedagógicas consistentes e humanizadas. Mais do que comprovar resultados mensuráveis, o estudo de caso torna visível o que muitas vezes permanece oculto: o processo, o afeto, a escuta e a construção gradual da autonomia. Em contextos de inclusão, reconhecer e valorizar cada avanço, por menor que pareça, é fundamental para a efetivação da equidade educacional.

METODOLOGIA

Esta investigação buscou analisar, de forma aprofundada, os efeitos do reforço escolar individualizado no desempenho acadêmico e emocional de um estudante diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), articulando prática pedagógica e reflexão acadêmica no campo da Educação Inclusiva. Para tanto, adotou-se uma abordagem metodológica capaz de captar a complexidade dos fenômenos humanos e educacionais, valorizando a escuta sensível, a observação contínua e a análise situada dos dados.

O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, do tipo estudo de caso. Segundo Yin (2015), essa abordagem é particularmente adequada quando se busca compreender fenômenos em profundidade, inseridos em contextos reais, e cujos limites entre o fenômeno e o ambiente não estão claramente definidos. A escolha dessa metodologia justifica-se pela especificidade da investigação: acompanhar e interpretar a trajetória escolar de

um aluno neurodivergente diante da presença e ausência da tutoria domiciliar individualizada.

A abordagem qualitativa foi selecionada por permitir apreender significados, relações e processos subjetivos envolvidos nas experiências de aprendizagem, indo além dos dados estatísticos. Minayo (2001) destaca que tal investigação é especialmente eficaz em contextos que envolvem sujeitos em situação de vulnerabilidade educacional. A observação participante constituiu o principal procedimento metodológico, possibilitando imersão da pesquisadora no cotidiano do estudante, conforme orientam Bogdan e Biklen (1994), e permitindo o registro contextualizado de interações, comportamentos e reações frente às intervenções pedagógicas.

Stake (1995) ressalta que o estudo de caso, em contextos educacionais, revela práticas eficazes que se manifestam em situações específicas. Nesse sentido, buscou-se compreender não apenas efeitos mensuráveis da tutoria, mas também repercussões afetivas, comportamentais e sociais. Para isso, empregou-se triangulação metodológica, combinando: (i) 42 registros reflexivos em diário de campo; (ii) quatro boletins escolares referentes aos bimestres de 2023; e (iii) um relatório psicopedagógico elaborado por profissional especializada. Esse conjunto documental permitiu ampliar a compreensão dos avanços e desafios do aluno, especialmente nas áreas de habilidades sociais, organização, autonomia e desempenho lógico-matemático.

O participante, identificado pelo nome fictício João Pedro (JP), tem 9 anos, está matriculado no 4º ano do Ensino Fundamental em escola particular localizada em Ananindeua (PA) e possui diagnóstico de TEA, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC). JP já havia participado de outras experiências pedagógicas domiciliares mediadas pela mesma tutora (Brígida *et al.*, 2025a; Brígida *et al.*, 2025b), que evidenciaram avanços significativos em pensamento computacional, criatividade, letramento digital e autonomia. Esses resultados prévios reforçaram a pertinência da presente investigação, agora voltada ao impacto da tutoria domiciliar com foco direto no currículo escolar.

As aulas de reforço ocorreram ao longo de 2023, com exceção de março, período em que a tutora esteve envolvida em atividades acadêmicas vinculadas ao

Estágio Supervisionado II e ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O estudo foi realizado em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, observando os princípios éticos aplicáveis à pesquisa com seres humanos. Caracteriza-se como um estudo de caso, apresentado na forma de relato de experiência sem risco, por não envolver procedimentos invasivos nem coleta de dados sensíveis. A participação foi autorizada mediante anuência formal, por escrito, dos responsáveis legais, que consentiram com o uso das informações acadêmicas e observacionais exclusivamente para fins científicos e educacionais. Para garantir o anonimato, foi atribuído um nome fictício ao participante em todas as etapas de registro, análise e divulgação dos resultados.

As intervenções foram realizadas em ambiente domiciliar, com média de seis horas semanais, envolvendo leitura, interpretação textual, atividades de fixação de conteúdos curriculares e estímulo à organização da rotina. Em momentos de agitação ou bloqueio atencional, as aulas foram realizadas ao ar livre, em espaços do condomínio onde o aluno reside, favorecendo sua participação e estabilidade emocional. Essas adaptações constam nos diários de campo e foram corroboradas pelo relatório psicopedagógico emitido em janeiro de 2024, que registrou avanços em autonomia, conceitos matemáticos, resolução de problemas, habilidades sociais e repertório comportamental.

A análise seguiu abordagem qualitativa interpretativa, fundamentada em Bardin (2016). Após leitura flutuante de todos os registros, identificaram-se elementos recorrentes e relevantes. Adotou-se categorização mista: categorias principais (i) desempenho acadêmico, (ii) desenvolvimento socioemocional e (iii) autonomia e organização, definidas previamente com base no referencial teórico (categorização dedutiva), enquanto subcategorias emergiram do material empírico (categorização indutiva). Para aumentar a validade, as interpretações foram revisadas por um pesquisador externo, promovendo triangulação interpretativa. Evidências quantitativas extraídas dos boletins escolares complementaram os dados qualitativos, e a interpretação final considerou a convergência entre registros da tutora, documentos escolares e relatório psicopedagógico, conferindo maior confiabilidade e reprodutibilidade ao estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados revela uma correlação evidente entre o desempenho escolar de JP e a presença da tutoria domiciliar individualizada. O acompanhamento contínuo ao longo de 2023 produziu impactos positivos tanto no rendimento acadêmico quanto no comportamento, no foco e na estabilidade emocional do estudante.

A evolução das médias bimestrais é um dos principais indicadores dessa efetividade. No primeiro bimestre, com acompanhamento constante, JP apresentou média geral de 7,67, revelando desempenho satisfatório. No segundo bimestre, durante a interrupção da tutoria por um mês, ocorreu queda significativa para 6,97. No terceiro bimestre, com o retorno da tutoria, a média subiu para 8,33, o maior resultado do ano. No quarto bimestre, registrou-se leve oscilação para 7,34, atribuída ao encerramento do calendário letivo.

Essas variações estão representadas no Gráfico 1, evidenciando queda acentuada no único período sem mediação pedagógica.

GRÁFICO 1 – Variação das médias escolares de JP.

Fonte: Boletins escolares do aluno (2023)

Os dados sugerem relação direta entre a presença da tutoria e a melhora do desempenho escolar, reforçando a hipótese de que a mediação pedagógica contínua atua como fator protetivo e estruturante para estudantes com TEA. Achados semelhantes foram registrados por Costa, Schmidt e Camargo (2023), que destacam o acompanhamento próximo e atento às demandas individuais, desenvolvido por meio

do Plano Educacional Individualizado, potencializa tanto o desempenho acadêmico quanto a segurança emocional dos estudantes.

As observações sistemáticas revelaram que a ausência da tutoria coincidiu com comportamentos regressivos. Durante o segundo bimestre, JP apresentou maior desorganização, baixa autonomia para execução de tarefas e episódios frequentes de frustração, sobretudo diante de textos longos ou instruções complexas. Em registro de diário de campo, a tutora anotou: *“Hoje, JP largou o lápis no chão e disse: ‘Eu não consigo fazer sozinho’”*, evidenciando queda na autoconfiança e maior resistência às atividades.

Com a retomada das aulas, verificou-se aumento da previsibilidade das rotinas, maior capacidade de foco (até três horas, com intervalos breves) e engajamento em atividades lúdicas com função didática. Em outro momento, JP comentou: *“Quando você me explica, eu consigo entender mais rápido”*, demonstrando percepção positiva sobre a mediação.

A implementação de estratégias adaptadas, aulas ao ar livre, atividades práticas com materiais concretos e uso de linguagem visual favoreceu a participação ativa do aluno. Tais práticas estão alinhadas ao que Liberalesso e Lacerda (2020) define como Práticas Baseadas em Evidências (PBE), caracterizadas por previsibilidade, estrutura e adaptação contínua às necessidades do estudante. Vygotsky (1991) já destacava o papel essencial do mediador na promoção de aprendizagens pela zona de desenvolvimento proximal. Essa perspectiva é reforçada por Martins e Lisboa (2024), que destacam a necessidade de metodologias adaptativas associadas ao planejamento colaborativo entre escola, família e profissionais de apoio, condição essencial para promover a aprendizagem e o desenvolvimento socioemocional de estudantes com TEA.

O relatório psicopedagógico de janeiro de 2024 confirmou os avanços observados pela tutora, apontando:

- Progresso nas habilidades sociais, como permanência em grupo, respeito a turnos de fala e cumprimento de instruções;
- Avanço na linguagem e leitura, com compreensão textual, uso da linguagem escrita e comunicação verbal mais clara;
- Desempenho consistente em conceitos matemáticos, resolução de problemas e reconhecimento de formas geométricas;

- Autonomia crescente, com melhor autorregulação emocional e maior independência nas rotinas;
- Melhoria na organização das tarefas escolares, uso de planejamento e menor resistência a mudanças estruturadas.

Durante um momento de resolução de problemas matemáticos, JP afirmou: “*Eu consegui fazer sozinho!*”, demonstrando entusiasmo e valorização de sua autonomia.

Esses resultados dialogam com experiências pedagógicas anteriores do mesmo estudante (Brígida *et al.* 2025a; Brígida *et al.*, 2025b), que também registraram avanços expressivos em autonomia, engajamento e habilidades socioemocionais. Embora voltadas ao desenvolvimento do pensamento computacional e do letramento digital criativo, tais intervenções reforçam a consistência dos ganhos obtidos quando há mediação individualizada sensível às necessidades do aluno.

Assim, confirma-se que a tutoria ajustada e humanizada foi decisiva para o avanço de JP. Mantoan (2003) sustenta que a inclusão significativa deve ir além do acesso físico à escola, incorporando estratégias personalizadas que promovam pertencimento e aprendizagem, aspecto concretamente evidenciado neste estudo.

Além disso, o ambiente doméstico adaptado, as pausas planejadas, o uso de recursos multisensoriais e a escuta ativa da tutora contribuíram para um ensino humanizado, alinhado ao que Del Prette e Del Prette (2017) denominam *mediação socioemocional estratégica*.

O caso estudado demonstra que a tutoria individualizada não é apenas suporte pedagógico, mas também estratégia ética de inclusão. A combinação entre vínculo afetivo, estrutura, escuta ativa e adaptação constante foi determinante para o progresso de JP. A ausência temporária desse apoio gerou impacto negativo imediato, enquanto sua retomada restabeleceu não apenas o rendimento escolar, mas também o bem-estar emocional e o envolvimento com a aprendizagem.

Portanto, a tutoria, quando estruturada e fundamentada nos princípios da Educação Inclusiva, constitui instrumento legítimo de equidade e justiça educacional.

CONCLUSÃO

Os dados analisados neste estudo de caso evidenciam que a tutoria domiciliar individualizada exerceu papel decisivo no desenvolvimento acadêmico e emocional de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), configurando-se como

prática pedagógica altamente eficaz no contexto da Educação Inclusiva. As oscilações no desempenho escolar de JP, com queda significativa no bimestre sem acompanhamento e recuperação consistente após o retorno das aulas, indicam que a presença de um mediador pedagógico sensível e preparado favorece não apenas a aprendizagem de conteúdos, mas também a estabilidade emocional, o engajamento e a autonomia.

A constância da mediação, a previsibilidade das rotinas e a adaptação contínua das estratégias, conforme defendem Liberalesso e Lacerda (2020) e Mantoan (2003), mostraram-se fundamentais para o avanço do estudante em diferentes áreas do conhecimento. Os resultados também corroboram as contribuições de Vygotsky (1991) acerca da importância do outro na superação dos limites individuais, por meio de mediação situada na zona de desenvolvimento proximal. O progresso registrado por observações sistemáticas, boletins escolares e relatório psicopedagógico reforça a necessidade de práticas pedagógicas personalizadas e fundamentadas em evidências (Oliveira, 2024; Grandin; Panek, 2015).

O estudo amplia ainda a compreensão sobre o papel da tutoria no ambiente domiciliar, demonstrando que, quando estruturado adequadamente e sustentado por vínculos afetivos e estratégias inclusivas, esse espaço pode se tornar um potente ambiente de aprendizagem. A valorização da escuta ativa e da adaptação metodológica, como defendem Del Prette e Del Prette (2017), mostrou-se determinante para o fortalecimento das competências socioemocionais do estudante.

Do ponto de vista das políticas públicas, destaca-se a urgência de reconhecer formalmente a tutoria domiciliar como parte integrante das estratégias de inclusão, incorporando-a aos Planos Educacionais Individualizados (PEIs) e oferecendo formação continuada aos profissionais que atuam nesse campo. A literatura especializada já aponta que a inclusão não se concretiza apenas pela presença física em sala de aula, mas exige ações efetivas que garantam acesso pleno e digno à aprendizagem (Mantoan, 2003; BRASIL, 2015).

Este estudo, entretanto, apresenta limitações: concentrou-se em um único participante, sem comparações com outros perfis de estudantes; não realizou acompanhamento longitudinal para verificar a manutenção dos resultados; e não investigou, de forma sistemática, as percepções da família e da escola sobre o processo.

Pesquisas futuras podem avançar ao:

- Ampliar a amostra, contemplando estudantes com diferentes níveis de escolaridade e contextos socioeconômicos;
- Avaliar o impacto da tutoria em períodos prolongados, investigando a permanência dos efeitos;
- Identificar as competências mais relevantes na formação de tutores;
- Explorar a tutoria em contextos escolares formais, como apoio itinerante ou em salas de recursos;
- Incluir a perspectiva dos próprios estudantes e de suas famílias, fortalecendo a escuta ativa e o protagonismo dos sujeitos da inclusão.

Por fim, reafirma-se que a presença qualificada de um educador sensível à neurodiversidade pode ser transformadora. Mais do que reforço escolar, a tutoria domiciliar demonstrou ser estratégia legítima de inclusão e um canal potente de construção de vínculos, saberes e dignidade. Em um cenário em que a escola ainda busca caminhos mais eficazes para acolher a diversidade, investir em práticas pedagógicas baseadas em evidências como esta significa investir em uma educação mais humana, ética e equitativa.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. F. de S.; VIVIAN, A. G.; HIRDES, A. Impactos da pandemia de COVID-19 na saúde de cuidadoras de pessoas com Transtornos do Espectro Autista. **SciELO Preprints**, [S. l.], 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3269>.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, O. S.; SILVA, A. J. O papel do professor de apoio/mediador no processo de inclusão educacional. **RECIMA21**, v. 6, n. 7, p. 70–90, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i7.6540>.

RODRIGUES, M.; BERNARDINO, J. L. F.; MOREIRA, M. V. Barreiras atitudinais: a exclusão que limita a acessibilidade de pessoas com deficiência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1311-1326, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i2.15058>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARON-COHEN, S. **Mindblindness: an essay on autism and theory of mind**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

BATTISTELLO, V. C. M.; MARTINS, R. L.; LISBOA, E. R. Inclusão de alunos com autismo em sala de aula e o Plano Educacional Individualizado (PEI). **Revista Linguagem, Educação e Sociedade**, v. 28, n. 57, e4334, 2024. DOI: <https://doi.org/10.26694/rles.v28i57.4334>.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRÍGIDA, A. C. S. *et al.* Alfabetização digital com inteligência artificial: relato de experiência domiciliar com criança neurodivergente em processo de letramento computacional e desenvolvimento autoral. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 14, n. 1, p. 1-23, 2025a. DOI: <https://doi.org/10.61164/a2km2w57>.

BRÍGIDA, A. C. S. *et al.* Do professor do robô ao programador de mundos: relato formativo longitudinal com IA, robótica e podcast no ensino domiciliar inclusivo. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 14, n. 1, p. 1-19, 2025b. DOI: <https://doi.org/10.61164/s4qmh814>.

COSTA, D. S; SCHMIDT, Carlo; CAMARGO, S. P. H. Implementação e influência do Plano Educacional Individualizado no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280098, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280098>.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2017.

FARIA, K. T. *et al.* Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 353-370, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X28701>.

FERREIRA, A. S. *et al.* Educação inclusiva: um estudo sobre as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores no processo de ensino e aprendizagem de alunos com Transtornos do Espectro Autista (TEA) no município de Buriticupu-MA. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 8, n. 18, p. e081920, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55892/jrg.v8i18.1920>.

FERNÁNDEZ CERERO, José; MONTENEGRO RUEDA, Marta; LÓPEZ MENESES, Eloy. The impact of parental involvement on the educational development of students with autism spectrum disorder. **Children**, v. 11, n. 9, art. 1062, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/children11091062>.

GRANDIN, T.; PANEK, R. **O cérebro autista: Pensando através do espectro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

LIBERALESSO, P.; LACERDA, L. **Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências**. 1 ed. Curitiba: Marcos Valentim de Souza, 2020.

LOPES, D. A.; TELASKA, T. S. Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista: revisão sistemática da literatura. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 297-316, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51207/2179-4057.20220040>.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MORAES, S. S. de. Interações na sala de aula nas séries iniciais: influências no desempenho acadêmico e no desenvolvimento socioemocional. **Educação**, v. 27, n. 129, 2023. DOI: <https://doi.org/10.69849/revistaf/ct10202312051934>

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, C. M. F. dos S.; QUIXADÁ, L. M. Reflexões sobre a empatia e a escuta ativa no contexto escolar. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 5, p. e11420, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v5.e11420> .

NUNES, D. R de P.; AZEVEDO, M. Q. O. de; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X10178> .

OLIVEIRA, J. F. L. Prática educativa baseada em evidências: uma análise sobre as convergências da práxis e as experiências com alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. **Avances de Investigación**. v. 11, n. 1, p. 7-43, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47966/avan-inv.2024.1117-43> .

PAIVA, L. O. Vista do transtorno do espectro autista: trajetória, conquistas e desafios no contexto escolar. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, n. 2, p. 134–150, 2024. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/892/800> . Acesso em: 12 ago. 2025.

PEREIRA, D. M.; NUNES, D. R. de P. Elaboração e validação de um Plano Educacional Individualizado para alunos com autismo: contribuições de um programa de formação docente. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 62, n. 71, p. 1–25, jan./mar. 2024. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2024v62n71ID33958> .

SOUZA, M. L. P. *et al.* Perspectiva de uma mãe: trajetória e desafios no desenvolvimento do filho com Transtorno do Espectro Autista. **JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 6, n. 13, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1920>. Acesso em: 12 ago. 2025.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, 1994. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000984/098427por.pdf>. Acesso em: 07 maio 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WING, L.; GOULD, J. Severe impairments of social interaction and associated abnormalities in children: Epidemiology and classification. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 9, n. 1, p. 11-29, 1979. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF01531288>.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Recebido em: 10.05.2025
Aprovado em: 10.08.2025

DOI:

123456789